

Comissão de Orçamento causa divergência

BRASÍLIA — O Presidente do Congresso, Senador Mauro Benvides (PMDB-CE), designou o Primeiro-Vice-Presidente da Câmara, Genésio Bernardino (PMDB-MG), para relator do projeto de resolução que criará a Comissão Mista de Orçamento. A partir de hoje, Bernardino se debruçará sobre 74 emendas, tentando conciliar interesses dos diversos partidos e grupos do Congresso para montar a estrutura da comissão mais importante, que define a quem serão destinadas as verbas federais durante o ano e o montante.

Bernardino terá uma espinhosa missão, porque os dois maiores partidos do Congresso divergem. O PMDB, amparado em emenda do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), defende a ampliação da Comissão de Orçamento, de 84 membros para 120, o que a transformará, dizem os opositores, num plenário quase do tamanho do Congresso, extremamente lento em função de tão grande. O PFL, através de emenda do Deputado João Alves (BA), ex-Presidente da Comissão de Orçamento, defende o número

atual — segundo seus desafetos para manter o privilégio de fazer parte dela.

Da instalação da comissão dependem as férias de meio de ano. A Constituição diz que a Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa ser votada pelo Congresso até o dia 31 de julho e que não pode haver recesso enquanto ela não for aprovada. A pouco mais de dois meses antes do prazo final, não se sabe nem quantos parlamentares farão parte dela.

Os que defendem a posição do PMDB avaliam que a ampliação

ajudará a fazer com que interesses dos vários grupos sejam garantidos na avaliação do orçamento. O PT está aliado ao PFL na manutenção do atual número. Só que defende que haja uma renovação de 50% a cada ano e que cada deputado só possa ficar na comissão dois anos. Independente do que Bernardino resolve, o PT fará essa renovação entre os seus membros. A necessidade de renovação é ponto pacífico para todos os partidos. Para o PFL, porém, deve ser não de metade, mas de um terço, a cada dois anos.

A Comissão de Modernização dos Trabalhos Legislativos propõe critérios que as emendas ao orçamento terão de cumprir, para serem apreciadas. O PT quer limitar em vinte do número de emendas que cada parlamentar poderá propor. A idéia é que, com os limites e a definição de critérios, se torne mais difícil, por exemplo, que a cidade do presidente da comissão acabe beneficiada. Foi o que aconteceu com Maragogipe, cidade do último Presidente, João Alves.